

RECURSO ESPECIAL Nº 1.851.272 - SP (2017/0039341-5)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA -
SP123199
RECORRIDO : LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO : FERNANDA FERNANDES FERREIRA - SP336457

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo **BANCO DO BRASIL SA** contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 20ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento de apelação, assim ementado (fls. 132/133e):

CONTRATO BANCÁRIO *Quanto aos contratos de mútuo com cláusulas de desconto em folha de pagamento ou débito em conta corrente, adota-se a seguinte orientação: (a) envolvem situações distintas; (b) não constitui cláusula abusiva, a que autoriza o desconto até 30% dos salários, vencimentos ou proventos, líquidos, do mutuário, em folha de pagamento de prestação de empréstimo contratado, prática com amparo em legislação específica (LFs 10.820/03 e 10.953/04), visto que facilita a obtenção do crédito com condições mais vantajosas e não pode ser suprimida por vontade unilateral do devedor, configurada abusividade, apenas e tão-somente, quando ultrapassado o limite de 30%, percentual admitido como razoável para assegurar o adimplemento de dívidas e o sustento do próprio devedor, da remuneração líquida, entendida como a bruta menos os descontos estritamente legais, ou seja, obrigatórios efetuados pela fonte pagadora, por força de lei, dos quais as hipóteses mais frequentes são o imposto de renda e as contribuições previdenciárias, e/ou por decisão judicial, hipótese da pensão alimentícia; (c) razoável limitar o desconto a 30% da remuneração líquida dos servidores públicos estaduais “civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica”, nos termos do Decreto Estadual nº 51.314/06, que restringe as consignações a 50% dos vencimentos, diante do caráter alimentar da remuneração; e (d) configura cláusula ou prática abusiva o desconto de valores depositados na conta-corrente da parte mutuária destinada ao recebimento da remuneração dela correntista, para satisfação de dívidas contraída, visto que, para satisfazer seus créditos, as instituições financeiras não podem se apropriar de quaisquer valores depositados em suas agências a título de remuneração do mutuário. Reconhecida a ilicitude da apropriação, ainda lastreada em cláusula*

contratual autorizativa, pelo banco de valores creditados a título de remuneração da parte autora mutuária para satisfação de dívidas contraída em contrato bancário, com natureza jurídica diversa do empréstimo consignado, com desconto em folha de pagamento, autorizada por legislação específica (LFs 10.820/03 e 10.953/04), por infração ao disposto no art. 649, IV, do CPC/1973, de rigor, a manutenção da r. sentença na parte em que determinou ao réu “limitação dos descontos em conta corrente em 30% do valor líquido da remuneração do autor”, observando-se que, no caso dos autos, a determinação de vedação de quaisquer valores debitados como apropriação indevida de verba alimentar, com a restituição da integralidade da quantia apropriada pela banco implicaria reformatio in pejus, com ofensa ao disposto nos arts. 512 e 515, do CPC/1973, visto que a parte mutuária autora se conformou com a deliberação da r. sentença, que admitiu a licitude do limite de descontos de 30% da respectiva remuneração, para satisfação de débito decorrente de contrato bancário ajustado entre as partes, com natureza jurídica distinta do empréstimo consignado, previsto em legislação específica (LFs 10.820/03 e 10.953/04) e o recurso do banco réu objetiva o afastamento do limite em questão.

Recurso desprovido (destaque meu).

Com amparo no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, além de divergência jurisprudencial, aponta-se ofensa aos arts. 185, 421 e 422 do Código Civil, alegando-se, em síntese, que: "O Tribunal “a quo”, não deveria modificar mencionado instrumento, pois o contrato é válido, apresenta todos os requisitos, sendo que a recorrida, ciente de todo o conteúdo, exarou sua assinatura, dando por bom e válido no contrato. Outrossim, o recorrido fez uso da linha de crédito respectiva, firmou com o recorrente respectivo instrumento, ocasião em que concordou com as cláusulas contratuais, pelo que não há com o negar validade ao mesmo contrato. Ora, submete-se às cláusulas contratuais que estabeleceram a cobrança de juros, taxas, multas e outros encargos, FORMA DE PAGAMENTO, não se vislumbrando ilegalidade alguma por parte do banco." (fl. 154e).

Com contrarrazões (fls. 172/176e), o recurso foi inadmitido (fl. 177/178e), tendo sido interposto Agravo, posteriormente convertido em Recurso Especial (fls. 206e).

Feito breve relato, decidido.

A Primeira Turma, em 06.03.2018, na Questão de Ordem no AREsp 1.168.380/RJ, examinando a controvérsia relativa à possibilidade de penhora de salários em

decorrência de dívida originada de "*contrato de adesão de empréstimo simples*", constatou que, **não obstante uma das partes ostentar a condição de servidor público**, o caso não se amolda à orientação firmada pela Corte Especial, no julgamento da Questão de Ordem no **EResp 1.163.337/RS**, segundo a qual a competência das Turmas que integram a Seção de Direito Público limita-se ao julgamento de "*recursos referentes a limite percentual de desconto em pagamento de empréstimo consignado feito por servidor público, com débito em conta-corrente e desconto na folha de pagamento*".

Concluiu, assim, que a relação jurídica litigiosa no caso em tela é regida pelas normas do Direito Privado, estando inserida dentre aquelas de competência da Segunda Seção desta Corte, nos termos do art. 9º, *caput*, § 2º, II e IV, do Regimento Interno, sendo este o critério que define a distribuição interna de competência no âmbito desta Corte.

Posto isso, **DECLINO A COMPETÊNCIA** para a apreciação do recurso e **DETERMINO** a devolução dos autos à Secretaria Judiciária, para redistribuição do feito a uma das Turmas que compõem a Segunda Seção, nos termos dos arts. 9º, *caput*, e § 2º, II e IV, e 71 do Regimento Interno desta Corte.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora